

CULTURA E CIÊNCIA

N.º 9 – ano de 2007

**CÂMARA MUNICIPAL
DE VILA NOVA DE FOZ CÔA
2007**

A ARTE RUPESTRE DE VILA NOVA DE FOZ CÔA UM REGRESSO AOS IDOS DE 1995

Pelo: Coordenador da Revista CÔAVISÃO

Desfolhando novamente umas quantas folhas de *A PHALA* (1995 – reedição – nº. 43) editada pela Assírio e Alvim, achámos que passados 12 anos seria conveniente reler e lembrar alguns pontos de polémica e discussão, seleccionar dois ou três artigos mais sensíveis e publicá-los neste número da Revista CÔAVISÃO (ano de 2007).

Escolhemos, até pela sensibilidade e também pelos laços que unem os autores a estas terras, o artigo do *Senhor Prof. Dr. Vítor Oliveira Jorge* com o título “COMPROMISSO COM O CÔA”, o artigo do *Senhor Dr. Emílio Mesquita* com o título “À ESPERA DOS PATOS!” e o do *Senhor Prof. Dr. Gaspar Martins Pereira*, com o título “REGRESSO AO DOURO”.

Relendo e colocando à discussão as temáticas destes artigos poderão os nossos leitores revisitar os já longínquos tempos das lutas do Côa (no bom sentido, claro está), fazer uma análise crítica colocando, ao mesmo tempo, em leitura, esses tempos e os actuais, o que se disse e o que se fez, o que se defendia e o que se defende, lançando na praça pública a problemática em relação ao futuro: das gravuras, da região, do desenvolvimento sustentado, das fronteiras entre a utopia e a realidade.

À ESPERA DOS PATOS!

Emílio Mesquita (Advogado, natural de Vila Nova de Foz Côa)

Sou natural e criei-me numa pequena aldeia do concelho de Foz Côa que fica a sete ou oito quilómetros da estação arqueológica.

Ainda em Novembro passado calcorreei pelos altos e a meia encosta os terrenos pisados pelos nossos remotos antepassados, sem saber que naquele local tinham deixado tão importantes testemunhos. Lembro-me de ter dito na ocasião para os meus dois companheiros de caçada que quando terminassem as obras e a albufeira se enchesse iríamos ter patos! (e logo pensava em comprar um barquinho, sonho velho de resto, ao mesmo tempo que trocava um olhar de gozo e confiança com o meu fiel amigo perdigueiro de nome *Tabaco*, sempre eufórico por se lançar à água para ir buscar um pato que caísse à vista em qualquer ponto de uma barragem).

Regressei a Lisboa e logo de seguida surgiram as notícias sobre os achados arqueológicos naquele local. Voltei ali em Dezembro para cumprir a tradição de passar a consoada com os meus pais e logo no dia de Natal toca de calcorrear os mesmos terrenos, desta vez não à procura das perdizes, mas em busca dos achados perdidos que tanta polémica estavam a levantar e aos quais pessoalmente me achava ligado. Já me pertencia o rio e a paisagem desde a nascença, de algum modo me pertencem os terrenos que estão afectos ao couto de caça de que sou associado e agora sentia não só a ligação aos meus possíveis antepassados, como mais do que isso através das suas obras estabelecia com eles uma linha de comunicação.

Lamentei então que o meu primo, desesperado com a vida de taxista por paragens sem clientes, tivesse acabado de pôr à venda a casa que desde há mais de vinte vivia sem ter conseguido acabar de a rebocar e, talvez pior do que isso, estivesse agora em risco de não conseguir o emprego que lhe tinham prometido na barragem.

Sem dúvida que as barragens geram riqueza e postos de trabalho, constituindo excelentes aproveitamentos, quer como fontes de energia quer como preciosos reservatórios de água, que de outro modo se lançaria no mar. Por regra, são quase obras de arte, monumentos imponentes que para além da sua função económica, deixam igualmente marcas indeléveis na comunicação das gerações. E com elas se ganhou muito no Douro em energia.

Mas lembra-me também o muito que se perdeu em outras ordens de valores. Quem conheceu o Douro de há trinta anos atrás não pode esquecer-se das suas margens feridas, ora colossos de rocha a abrirem abismos sobre o leito torturado do rio, ora socacos de xisto elevando-se no céu como zigurates cobertos de vinha, ora pequenas enseadas e ilhas torneadas de choupos.

Recordo as margens onde me banhava junto ao Saião e nas Frieiras junto ao Monte Meão (onde se produz o famoso vinho Barca Velha) revestidas de relva, chorões, choupos e areia e não poderei esquecer como as águas eram muito límpidas, que as bebíamos do próprio rio. E como em Agosto e Setembro apanhávamos

enguia a garfo, levantando cuidadosamente as pedras do rio, quando este levava menos água. E outros lembrar-se-ão ainda do sável e da lampreia que com as barragens deixaram de subir o rio e outros ainda, já idosos, se cá estivessem lembrar-se-iam da passagem de grandes solhos ou esturjões no cimo das águas. Contava-me o meu pai que estes dormiam à superfície e seguiam dormindo rio abaixo junto às margens, onde a corrente era mais suave, sendo possível matarem-se à machadada, dando alimento farto para muitos dias.

Para todos os efeitos bendigo as barragens, bendigo a riqueza por elas gerada e admiro os próprios monumentos de arte e técnica que nunca vi como corpos estranhos na harmonia paisagística – não obstante a parte de estagnação das águas, e de entrave à livre circulação dos peixes – já que valores mais altos se levantam.

Mas há outros valores e há outros riscos em que devemos também atentar seriamente. Por mera coincidência veio-me cair nas mãos por estes mesmos dias o n.º 4 da Revista *Protecção Civil* (insuspeito órgão do Serviço Nacional de Protecção Civil) referente aos meses de Junho/Setembro de 1994.

E logo no primeiro artigo da autoria de um ilustre Investigador-Coordenador do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, leio que uma barragem envolve “a par dos benefícios económicos e sociais que justificam o seu projecto e execução, um risco potencial representado pelos custos decorrente da sua eventual rotura” e que tal rotura “pode afectar populações e bens muito distantes da obra, devido aos efeitos da onda de inundação provocada pela consequente libertação incontrolada da água armazenada”. A seguir o mesmo autor, passa ao exemplo de alguns acidentes ocorridos em barragens:

- barragem de Malpasset (em França, 1959), abóbada com 61 m de altura, de cuja rotura, iniciada na fundação, resultou, para além de avultadíssimos danos materiais, a perda de cerca de quatro centenas de vidas humanas;

- barragem de Vajont (em Itália, 1963), onde o deslizamento de uma enorme massa de rocha para o interior da respectiva albufeira provocou uma onda com mais de 20 m de altura acima do nível da albufeira que, no seu percurso para jusante, matou cerca de 2600 pessoas (a barragem, uma abóbada com 265 m de altura, no entanto, não rompeu);

- barragem de Teton (nos Estados Unidos da América, 1976). Barragem de terra, de 123 m de altura, que rompeu, causando a perda de 11 vidas e prejuízos estimados em cerca de 400 milhões de dólares; a especial relevância atribuída à rotura desta barragem ficou essencialmente a dever-se à sua altura (até hoje a barragem mais alta a sofrer colapso, dado que, conforme referido, a barragem de Vajont não rompeu) e ao facto de ter sido projectada e estar a cargo de uma prestigiada instituição, o United States Bureau of Reclamation;

- barragem de Tous (em Espanha, 1977). Barragem de terra de 77 m de altura, onde a ocorrência de uma forte precipitação concentrada na zona da bacia hidrográfica provocou o galgamento da obra, com a consequente rotura, e a perda de cerca de 40 vidas humanas, para além de elevadíssimos prejuízos materiais;

- barragem de Gouhou (na China, 1993). Barragem de terra de 71 m de altura, cuja rotura provocou a destruição de mais de 3000 casas rurais e mais de 300 mortos.

Acrescento-lhe para já dois outros acidentes, que extraio de “O Independente” – Guinness, o Livro dos Recordes 1995, 11:

- rebentamento da barragem do rio Macchu, Morvi, Guajarat, Índia em 11 de Agosto de 1979, 5000 mortos.

- rebentamento da barragem de Yangzi Jiang, dinamitada pelas forças do Cuomitang em Abril de 1938, 890 000 vítimas.

Quer dizer, para além dos acidentes verifica-se também a sua exposição à sabotagem, como se verifica a sua exposição a fenómenos sísmicos.

Mas como não sou especialista, limito-me a interrogar sobre o que sucederá se se der o rebentamento da barragem do Côa, uma vez que sabemos situar-se na foz com o rio Douro, que as margens deste são estreitas e vertiginosas, que está em causa uma barragem que tem sido apresentada como a maior de Portugal e não sei mais donde e que ao longo do Douro há inúmeras povoações ribeirinhas, já para não falar dos bens ao longo de todo o rio que provavelmente seriam danificados. E o risco não é assim tão remoto, como refere o ilustre articulista e o demonstram os factos enunciados. De resto, por outra coincidência, acabo de ler no Jornal “Expresso” de 21.1.95 notícia intitulada “Barragem de Bastelos em Mogadouro ameaça ruína”. Trata-se, segundo a notícia, de obra considerada de grande barragem inaugurada à pressa há cerca de dois anos.

A ideia que então não pode deixar de me vir à mente é a de que com a barragem do Côa hoje submergimos o Passado e com ela podemos submergir amanhã o futuro.

Ao mesmo tempo meço as palavras do anterior Secretário de Estado da Energia, que afirma que tal barragem não é necessária, que quando esteve no Governo não aprovou o projecto por megalómano e inadequado, que actualmente as trocas de energia com o exterior até apresentam um saldo positivo a favor de Portugal e que até há neste momento centrais paradas.

O que julgo inquestionável é que a barragem do Côa não traz benefícios para o vinho da região, o qual é de momento a única riqueza segura, para além de algum fino azeite. Se traz benefícios para o País é coisa que me ultrapassa; mas pela lógica das coisas que por cá tenho visto, passo a admitir que quaisquer benefícios revertem apenas em favor da EDP – *futura empresa privada* – que venderá a energia ao preço que quiser, de acordo com a regra dos monopólios, enquanto o custo das obras é suportado pela actual *empresa pública*, S.A., com os dinheiros de todos nós contribuintes, segundo a lógica irremediavelmente perdida do interesse público nacional. Esta será apenas uma suposição da minha parte, que manifesto enquanto cidadão e homem comum, sem o rigor do conhecimento necessário para emitir opinião sobre estas matérias. Ainda assim, verificam-se poderosas razões que justificam plenamente tal suposição. A mais forte de todas colhi-a também, em edição de Janeiro do Jornal “O Independente”, da boca do ex-Secretário de Estado da Energia, pelo qual ficamos a saber que não é o Estado quem controla a EDP, mas a EDP quem controla o Estado.

E assim é que, segundo aquele nos informou, o Ministro da Indústria e Energia era funcionário da EDP, constando que mantém o vínculo à empresa, o Secretário de Estado da Energia é funcionário da EDP; os Chefes de Gabinete são funcionários da EDP; o Director-Geral da Energia é funcionário da EDP; o

Director do Plano Energético Nacional é funcionário da EDP; o Presidente do Centro para a Conservação da Energia é funcionário da EDP; até o Gestor do Programa Pedip-Energia é funcionário da EDP. Como não resta mais nada, temos 100 por cento da EDP à frente dos destinos energéticos do País.

Concluimos que somos todos da EDP, a qual por especial favor nos coloca a electricidade em casa, mas nos cobra o que bem entende pela instalação e pelo uso da energia e que até nos aluga (vejam bem!) um pequeno aparelhómetro chamado contador, que decerto todos desejaríamos antes comprar, mas sobre o qual a EDP prefere, obviamente, o pagamento de uma renda perpétua.

Entretanto, há cerca de dez anos, a poucos quilómetros da barragem do Côa, foi construída a barragem do Pocinho. Desde então verifico que durante o Inverno na minha aldeia os nevoeiros são agora constantes, impedindo-me até de ir às perdizes para certos locais. Ora sucede que o vinho excelente que deliciava muitos dos meus amigos de Lisboa já não é o mesmo. Não só o meu mas o da minha aldeia, pelo menos. Algumas vezes ficou doce, outras estragou-se mesmo e no resto das vezes a sua qualidade decresceu bastante. Perante esta realidade, o meu pai deitava as culpas aos astros, neles englobando toda a meteorologia e designadamente as alterações climáticas dos últimos anos. O meu primo que fazia o vinho, garantindo que tratava de tudo com o maior e até reforçado rigor. Deitava às vezes a culpa ao dia do engarrafamento que dizia não teria sido um dia suficientemente claro, outras vezes ficava desesperado sem saber como explicar o fenómeno. Outras gentes avançavam-me com a doença dos sobreiros, que não prestava a cortiça – diziam-me – e que, portanto, o problema era das rolhas. Todos terão a sua parte de razão – não sei. Mas o que eu penso francamente é que a maior parte das culpas vem da barragem do Pocinho, dos nevoeiros que dali sobem e se entranham pelas vinhas que produzem este vinho, afectando as suas qualidades excepcionais. E o que sei é que em 1994 comecei a comprar vinho nas regiões do sul, embora ainda aprecie o do meu pipo, mas não é como anteriormente. E amigos de Lisboa, que gostavam de o ter à consoada, não o tiveram no último Natal porque não tive já a coragem de lho oferecer. Mas, pior do que isso, o meu primo devolveu-me um dos meus dois pipos que tinha na sua adega e que religiosamente enchia e tratava. Em desespero de causa renegava profundamente o culto. Soube-o neste mesmo Natal, em que também o meu pai, a meio medo, me disse que estava a pensar em não mandar lavrar a minha vinha. Perguntou-me o que eu achava e eu só soube responder que Nada! Nada! Disse-lhe que talvez fizesse bem, que a não mandasse lavrar, que a abandonasse em definitivo, já não me importava.

Finalmente, devo confessar que, ao longo do ano de 1994, quando ainda não questionava todas estas coisas, dei comigo por duas ou três vezes a dizer que apreciava mais os vinhos da Bairrada. Também eu já renegava o culto do vinho da minha aldeia, passando-o, sem saber como nem porquê, para segundo lugar.

E agora, se as minhas pressuposições não estiverem erradas, com a barragem do Côa cairá toda uma maldição sobre estes lugares. Os próprios mortos milenários, que muitos mil anos antes de Cristo já por aqui espargiam as águas e erguiam monumentos contra a maldição, se revolverão de incomunicável dor sob a albufeira.

De assuntos de arqueologia nada sei.

Fico à espera dos patos, dos mortos que se levantem em desafio dos vivos e da coragem daqueles vivos que, à semelhança dos outros, queiram comunicar a sua arte e história aos mais distantes milénios do Futuro!